GILBERTO AZEVEDO DE MORAES COSTA

A reparação do dano no processo penal

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Doutor José Raul Gavião de Almeida

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2019

GILBERTO AZEVEDO DE MORAES COSTA

A reparação do dano no processo penal

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Processo Penal, sob orientação do Professor Doutor José Raul Gavião de Almeida.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2019

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Costa, Gilberto Azevedo de Moraes

A reparação do dano no processo penal ; Gilberto Azevedo de Moraes Costa ; orientador José Raul Gavião de Almeida -- São Paulo, 2019.

296 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito Processual) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2019.

1. Reparação do dano. 2. Processo Penal. 3. Sistemas processuais. 4. Ação acessória. 5. Justiça criminal. I. Almeida, José Raul Gavião de, orient. II. Título.

Nome: COSTA, Gilberto Azevedo de Moraes

Título: A reparação do dano no processo penal

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito
da Universidade de São Paulo como exigência
parcial para a obtenção do título de Mestre em
Direito.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho não teria como ser desenvolvido sem a colaboração do Dr. José Raul Gavião de Almeida. Após a conclusão de curso de pós-graduação oferecido pela Escola Paulista da Magistratura, pretendi aprofundar meus estudos em processo penal. Sempre achei interessante o estudo conjunto de diversas áreas do direito, e por conta disso surgiu a ideia de escrever sobre a reparação do dano causado pelo crime fora da justiça cível.

Não haveria orientador mais apropriado para essa missão, pois se trata de alguém que, já na década de 1980, optou por estudar algo que era novo e que também envolvia diversas áreas do direito. De fato, em seu mestrado, o Dr. José Raul, antes da Lei 7.347/85, escreveu sobre a legitimidade para a propositura da ação civil pública.

O citado orientador sempre me conferiu grande liberdade para desenvolver o tema escolhido. Aliás, essa foi uma de suas marcas, deixadas ao longo do curso. Durante as aulas, aceitou as mais variadas opiniões dos alunos, mesmo que fossem diversas das suas, demonstrando, assim, que é aberto ao diálogo e ao debate.

Aliás, não por outra razão os créditos que foram oferecidos contavam com os mais diversos profissionais. Em todas as aulas era possível encontrar advogados, membros do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Judiciário, além de policiais e estudantes. Até mesmo uma aluna com formação em matemática participou de um dos cursos.

O incentivo à pluralidade de opiniões fez com que surgisse o interesse em refletir sobre temas que antes pareciam não comportar discussão. A contribuição foi muito útil para o meu trabalho, e acredito que para os de todos aqueles que tiveram a oportunidade de ter aulas com o Dr. José Raul.

Não há como, igualmente, deixar de agradecer a contribuição da Dra. Marta Saad. Tendo integrado a banca de qualificação, oportunamente teceu observações importantes, indicando relevante material para estudo. Aliás, a sua tese de doutorado serviu de base para o desenvolvimento deste trabalho, pois ali se abordavam teorias a respeito do dano. Ao ler

o que foi defendido, foi possível enriquecer esta dissertação, apresentando outras teorias além das inicialmente planejadas.

Por fim, agradeço a contribuição do Dr. Glaucio Brittes. Mais do que colega de profissão, é um amigo e alguém admirável. Seu incentivo ao estudo e a ajuda na correção de diversos pontos do trabalho contribuíram sobremaneira para que o sonho de cursar o mestrado na USP se tornasse realidade.

*Ao Francisco: meu recente e primeiro filho.
Dedico a você este trabalho, no sonho de
sempre poder incentivá-lo a estudar...*

RESUMO

COSTA, Gilberto Azevedo de Moraes. *A reparação do dano no processo penal*. 2019. 296 páginas. Dissertação (Mestrado em Direito Processual) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

O presente trabalho tem por objetivo tratar da indenização devida em favor do lesado em decorrência de dano causado pela prática de crime. O estudo a ser desenvolvido é multidisciplinar, pois envolve questões atinentes ao direito civil, ao direito penal, bem como ao processo civil e ao processo penal. A intenção é demonstrar que o ordenamento jurídico brasileiro permite que o lesado proponha a ação reparatoria perante a justiça criminal. Mais do que isso, pretende-se provar que, caso não haja iniciativa da parte interessada, a sentença penal não serve como título executivo judicial, tendo apenas o condão de impedir discussão a respeito da ocorrência do fato e de quem foi o autor. Ao longo do trabalho, serão esclarecidas diversas questões, tais como os legitimados ativos e passivos, as provas que podem ser produzidas, o conteúdo da sentença, os recursos à disposição dos interessados e a formação da coisa julgada.

Palavras-chave: Reparação do dano. Processo penal. Sistemas processuais. Ilícito penal. Ilícito civil. Ação acessória cível. Justiça criminal.

ABSTRACT

COSTA, Gilberto Azevedo de Moraes. *Compensation for damage in criminal proceedings*. 2019. 296 pages. Dissertation (Master in Procedural Law) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

This paper aims to treat the indemnity due in favor of the injured party as a result of damage caused by the crime. The study to be developed is multidisciplinary, because involves questions concerning civil law, criminal law, as well as civil and criminal proceedings. The intention is to demonstrate that the Brazilian legal system allows the injured party to bring civil action towards the criminal justice. More than that, it is intended to prove that if there is no initiative of the interested party, the criminal sentence does not serve as a judicial executive title, only having the ability to prevent discussion about the occurrence of the fact and who was the author. Throughout the work, several issues will be clarified, such as the legitimate parts, the proof that can be produced, the content of the sentence, the resources available and the formation of the *res judicata*.

Keywords: Damage repair. Criminal proceedings. Procedural systems. Criminal offense. Civil illicit. Civil accessory action. Criminal justice.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 HISTÓRICO	17
1.1 DIREITO ROMANO	18
1.2 ORDENAÇÕES DO REINO	23
1.3 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	29
2 SISTEMAS	35
2.1 SISTEMA DA CONFUSÃO	37
2.2 SISTEMA DA SEPARAÇÃO	41
2.2.1 Subsistema da obrigatoriedade	42
2.2.2 Subsistema da facultatividade (ou da livre escolha)	43
2.2.3 Subsistema da proibição	45
3 O CRIME E O DANO	49
3.1 O DANO PRIVADO SEMPRE PRESENTE	54
3.1.1 A equiparação do perigo ao dano	61
3.2 O DANO PRIVADO NEM SEMPRE PRESENTE	63
3.3 SANÇÃO PENAL E RESPONSABILIDADE CIVIL	67
3.3.1 A condenação civil no processo penal	69
3.3.1.1 Outros argumentos	82
3.3.2 O conteúdo da sentença civil no processo penal	89
4 PROPOSITURA DA AÇÃO CIVIL NO PROCESSO PENAL	95
4.1 LEGITIMADOS ATIVOS	95
4.1.1 Ministério Público	95
4.1.2 Pessoa física ou jurídica de direito privado	98
4.1.3 Pessoa jurídica de direito público	104
4.2 LEGITIMADOS PASSIVOS	104
4.2.1 Autor da infração penal	105
4.2.2 Responsável civil	107
4.3 INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	108
4.3.1 Assistência	110
4.3.2 Denúnciação da lide	113
4.3.3 Chamamento ao processo	114
4.3.4 Incidente de desconconsideração da personalidade jurídica	115
4.4 CAUSA DE PEDIR	117
4.4.1 Cognição quanto à causa de pedir	119
4.5 PEDIDO	121
4.5.1 Pedido de restituição	122
4.5.1.1 Restituição de bens apreendidos ou não	122
4.5.1.2 Competência concorrente	125
4.5.1.3 Procedimentos nos juízos de competência concorrente	127
4.5.2 Pedido indenizatório	130
4.5.2.1 Pedido de reparação do dano moral	131
4.5.2.2 Pedido de reparação do dano material	133
4.5.2.2.1 Dano emergente	134
4.5.2.2.2 Lucro cessante	135
4.6 MOMENTO PROCESSUAL PARA FORMULAÇÃO DO PEDIDO	136
4.7 PETIÇÃO INICIAL	142
4.8 OUTRAS QUESTÕES SOBRE O PEDIDO	146

4.8.1 Arbitramento de indenização sem pedido	146
4.8.1.1 Consequências decorrentes da dispensa de formulação de pedido	148
4.8.2 Desistência do pedido.....	149
4.8.2.1 Desistência tácita.....	151
4.8.3 Renúncia	153
4.8.4 Pedido de antecipação de tutela.....	154
4.9 REJEIÇÃO ANTECIPADA DO PEDIDO.....	157
4.9.1 Rejeição da denúncia ou queixa.....	158
4.9.2 Excludentes de ilicitude	162
4.9.3 Excludentes de culpabilidade.....	165
4.9.4 Atipicidade.....	167
4.9.5 Extinção da punibilidade.....	167
5 COMUNICAÇÃO E COMPORTAMENTOS DO RÉU.....	169
5.1 REVELIA.....	170
5.2 CONTESTAÇÃO	172
5.3 RECONVENÇÃO	176
6 FASE INSTRUTÓRIA	179
6.1 DECLARAÇÕES DO OFENDIDO E DO LESADO	180
6.2 INQUIRIRIA DE TESTEMUNHAS	182
6.3 PROVA PERICIAL	185
6.4 INTERROGATÓRIO DO ACUSADO	188
6.5 PROVA DOCUMENTAL	189
6.6 DEBATES ORAIS E MEMORIAIS	191
7 JULGAMENTO	195
7.1 ESTRUTURA DA SENTENÇA	195
7.2 A CONDENAÇÃO CRIMINAL E O DESTINO DA AÇÃO CÍVEL.....	197
7.3 A ABSOLVIÇÃO CRIMINAL E O DESTINO DA AÇÃO CÍVEL.....	199
7.3.1 Absolvição por prova da inexistência do fato.....	200
7.3.2 Absolvição por ausência de prova da existência do fato.....	200
7.3.3 Absolvição por atipicidade	201
7.3.4 Absolvição por estar provado que o réu não concorreu para a infração penal	203
7.3.5 Absolvição por ausência de prova de ter o réu concorrido para a infração penal	203
7.3.6 Absolvição por excludentes de ilicitude, culpabilidade e causas de isenção de pena, ou dúvida sobre sua existência.....	204
7.3.6.1 Erro de tipo.....	205
7.3.6.2 Erro de proibição.....	208
7.3.6.3 Coação irresistível e obediência hierárquica.....	209
7.3.6.4 Estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento de dever legal ou exercício regular de direito	210
7.3.6.5 Inimputabilidade	211
7.3.6.6 Embriaguez completa fortuita.....	212
7.3.7 Absolvição por inexistência de prova suficiente para a condenação.....	213
7.4 A SENTENÇA QUE CONCEDE PERDÃO JUDICIAL E O DESTINO DA AÇÃO CÍVEL.....	216
7.5 A SENTENÇA QUE DECLARA EXTINTA A PUNIBILIDADE E O DESTINO DA AÇÃO CÍVEL.....	218
7.5.1 Morte do agente.....	218
7.5.2 Anistia, graça e indulto.....	219
7.5.3 Retroatividade da lei que não mais considera o fato como criminoso	220

7.5.4 Prescrição, decadência e perempção	221
7.5.5 Renúncia do direito de queixa ou perdão aceito	221
7.5.6 Retratação do agente	224
7.6 A PROCEDÊNCIA DA PRETENSÃO PENAL EM JULGAMENTO ANTECIPADO E O DESTINO DA AÇÃO CÍVEL	226
7.7 A CELEBRAÇÃO DE ACORDO	228
7.8 HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA	231
8 RECURSOS	235
8.1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	235
8.2 APELAÇÃO	238
8.3 RECURSO EM SENTIDO ESTRITO	246
8.4 EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE	250
8.5 CARTA TESTEMUNHÁVEL	252
8.6 OUTROS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DE DECISÃO	253
9 COISA JULGADA	259
CONCLUSÃO	267
REFERÊNCIAS	281

INTRODUÇÃO

Aquele que sofre as consequências decorrentes da prática de crime nunca teve no processo penal brasileiro espaço relevante. A participação do ofendido, até antes da reforma do CPP, ocorrida em 2008, era mínima, e por conta disso a doutrina, ao longo de décadas, deixou de dedicar atenção ao tema que é o foco deste trabalho.

Aqui se pretenderá não apenas mostrar que a vítima pode ter papel destacado na justiça criminal; a intenção, mais do que isso, é deixar claro que a sua atuação pode ser importante, e, tomando a iniciativa de ver reparado o dano, terá como satisfazer a sua pretensão em razoável lapso temporal, tornando o processo penal mais efetivo.

O legislador, quando da reforma processual, ainda que lhe caiba o mérito de ter feito fazer constar que o juiz, ao condenar o réu, fixará indenização para reparar o dano ocasionado com o delito (art. 387, IV, do CPP), deixou de disciplinar como isso deve ser feito. Em outras palavras, estabeleceu o resultado, sem indicar qual o meio que precisa ser seguido para alcançar o objetivo.

A ausência de dispositivos legais a respeito de quem tem legitimidade para postular a reparação, de quem pode figurar no polo passivo e de como serão produzidas as provas suscita muitas dúvidas. Aliás, não à toa, surgiram as mais variadas opiniões, havendo autores que sustentam que o juiz arbitra a indenização independentemente de provocação, bem como opiniões no sentido de que o titular da ação penal está autorizado a se manifestar favoravelmente ao arbitramento da indenização em prol do lesado.

A jurisprudência, semelhantemente, ainda não conseguiu sistematizar a forma como se busca a reparação do dano no processo penal, sendo possível encontrar julgados esparsos que, sem elaborada técnica, e sequer especificar o credor, simplesmente condenam o réu ao pagamento de valores a título de perdas e danos, atitude que fere garantias constitucionais.

Em decorrência da grande variedade de posições, restando impossível com base somente nos julgados nacionais e nos ensinamentos dos escritores brasileiros chegar a conclusão segura a respeito de como deve ser a atuação das partes e do magistrado no processo penal onde se discute também matéria de cunho cível, optou-se por buscar

socorro nas lições daqueles que há mais tempo se dedicam ao assunto, isto é, na doutrina estrangeira.

De fato, se no Brasil é possível dizer, na esteira da opinião prevalecente, que a reparação do dano no processo penal é novidade, em outras nações, que seguem igualmente o sistema da *Civil Law*, há mais de século existem previsões legais disciplinando a matéria. Como decorrência lógica, há certa facilidade em encontrar bom número de obras dedicadas exclusivamente ao tema.

Países como Argentina, Espanha, França, Itália e Portugal contam com legislação detalhada sobre o assunto objeto deste estudo. Os autores com tais nacionalidades, por conseguinte, já tiveram a oportunidade de dedicar suas atenções há mais tempo, e conseguiram esclarecer, de forma harmônica, como procede — no processo penal — para se julgar matéria não criminal.

Não basta, porém, simplesmente aplicar, sem nenhuma adaptação, os ensinamentos que professores de outros países legaram sobre a matéria. É imprescindível que se busque a adequação ao modelo de processo penal seguido no Brasil. Mais: o tema, por envolver diversas áreas do conhecimento jurídico, exige que muitos assuntos, não afeitos exclusivamente ao processo criminal, sejam objeto de apreciação.

É imprescindível, então, antes de direcionar o foco de análise à forma como se aprecia a matéria na justiça criminal, que se discutam questões relacionadas ao direito material, mais especificamente se todos os crimes, quando praticados, ocasionam danos, e se as respostas estatais podem ser consideradas sanções em todos os casos.

É igualmente relevante saber como, ao longo do tempo, as leis disciplinaram a maneira como se daria a reparação dos prejuízos sentidos pela vítima. Portanto, a apresentação, ainda que sucinta, do desenvolvimento histórico ajudará na compreensão da matéria.

Assim, em primeiro lugar, a atenção se voltará ao modo como, nas nações mais antigas, o tema foi abordado. Iniciar-se-á pelo direito romano, e, na sequência, será apreciada a legislação editada em Portugal, devendo ser lembrado que alguns Diplomas, mais especificamente as Ordenações Filipinas, vigoraram também no Brasil.

Quanto à legislação nacional, os estatutos já revogados, notadamente os Códigos Criminais de 1830 e 1890, assim como o Código de Processo Criminal, de 1832, serão esmiuçados com o intuito de se verificar como era disciplinada a matéria que é o foco principal deste trabalho.

A finalidade é deixar claro como se deu a evolução ocorrida no direito material e sua repercussão no âmbito processual. Quanto ao Brasil, será possível perceber que houve alterações relevantes e verificar-se-á que, em determinada época, ocorreu aquilo que pode ser denominado como a grande mudança do sistema processual.

Por conta disso, será necessário discorrer sobre os sistemas que podem ser seguidos pelas legislações dos países. Basicamente, o objetivo será ilustrar que o modelo vigente em cada nação pode confundir ou não o que é pena (matéria criminal) com o que configura reparação do dano (matéria cível). Consequentemente, feita a apresentação, constatar-se-á que, nos lugares em que não se nota a diferença, por uma questão de lógica, tudo é pedido em um único processo. Diversamente, nos ordenamentos que acentuam as diferenças, pode ser que a lei obrigue, impeça ou permita que haja discussão quanto aos temas aludidos.

O passo seguinte será verificar qual o sistema seguido pelo Brasil. Obtida a resposta — ou seja, quando já estiver consolidada a ideia de como deve ser enxergado o dano —, será discutido como se faz para o lesado, observadas as garantias constitucionais, vê-lo reparado no processo penal. A partir de tal momento, se buscará, aplicando dispositivos constantes do CPP e do CPC, apresentar o modelo de processo a ser seguido quando se intenta, além da imposição da pena, a condenação do réu à obrigação de reparação do prejuízo.

Como decorrência da aceitação da ideia de que a legislação pátria escolheu adotar um específico sistema, todo o desenvolvimento da matéria processual terá como norte concepções próprias de tal modelo.

Serão, então, analisadas diversas questões, como as que definem os legitimados a postular a reparação do dano e quem pode figurar no polo passivo da ação reparatória; a maneira como precisa ser deduzida a pretensão e o momento adequado para que isso ocorra; a comunicação do réu a respeito da demanda e a forma como ele pode exercer o

direito de defesa; as provas que podem ser produzidas; o julgamento; os recursos; a coisa julgada.

O intuito, com a elaboração deste trabalho, não é colocar um ponto final quanto ao tema referente à indenização a ser arbitrada no processo penal. Busca-se, na verdade, caminho para torná-lo mais efetivo. Com isso, se suscitará o debate, e almeja-se que no Brasil, tal como em outras nações, surja material suficiente para se examinar detalhadamente esse assunto.

O tema, por ser considerado novidade no ordenamento pátrio, permite o desenvolvimento criativo. Aqui se tentará demonstrar que, à semelhança do que se dá nos países anteriormente citados, o lesado está autorizado a postular, no âmbito do processo criminal, a reparação do dano sofrido em decorrência da prática do crime.

Tendo em vista que a intenção é apresentar um panorama geral sobre o assunto, optou-se por tratar o tema com base no procedimento comum ordinário previsto no CPP. Portanto, somente em algumas passagens, a título exemplificativo, serão feitas menções a outros procedimentos.

CONCLUSÃO

No início do trabalho, mais especificamente no primeiro capítulo, abordou-se a evolução histórica do processo, notadamente o de cunho penal. Foi possível observar que desde longa data, isto é, mesmo no período pré-clássico do direito romano, o pagamento de valores ou a entrega de bens, inclusive animais, surgiu como consequência a ser imposta em razão da prática de atos que violavam interesses.

O causador do dano, fruto do cometimento de ilícito, era instado a indenizar o ofendido (o que não afastava a incidência de outras medidas), e o pagamento feito a título de reparação do prejuízo ocasionado era denominado *damnum*. O termo – é verdade – depois de um tempo caiu em desuso, substituído que foi pela palavra *poena*, a qual transmitia a ideia de sanção e pagamentos em geral.

A equiparação entre as duas figuras revela que o sistema jurídico não havia ainda alcançado certo grau de desenvolvimento. Em outras palavras, é possível dizer que, no começo, não se constatou diferença entre pena e indenização, aquela com finalidade de repreender quem praticou ato violador de interesses superiores e esta com objetivo de restabelecer a situação anterior à lesão.

Somente depois de feita a divisão entre os dois grandes ramos do direito, em público e privado, é que se tornou possível enxergar que a indenização tem por objetivo recompor o patrimônio de quem experimentou prejuízo e que a sanção é a ferramenta a ser aplicada como agravamento em face daquele que agiu contra valores tidos como relevantes pela sociedade.

Esgotada a análise do direito romano, o passo seguinte consistiu no estudo da legislação portuguesa. Os lusitanos, de modo geral, elaboraram suas leis tomando como base o sistema criado pelos latinos. De fato, tratando-se de nação que segue o modelo da *civil law*, as leis editadas em Portugal seguiram a linha já desenvolvida pelos romanos, respeitados, é certo, em alguns pontos, os costumes locais.

Três Diplomas tiveram grande destaque. São eles: as Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas. Estas últimas vigoraram no Brasil durante longo período, e ali estava disciplinado o processo criminal, mas não só. Havia também espaço dedicado ao processo

civil, e a separação entre as duas espécies decorre do fato de que os lusitanos diferenciavam o direito público do privado.

Já era perceptível, como decorrência lógica, a diferença entre pena e indenização, medidas que, apesar disso, poderiam ser impostas em desfavor de alguém em um mesmo processo. Realmente, não foi a constatação das divergências o que fez com que cada consequência tivesse de ser imposta em separado, vale dizer, em processos distintos.

Em razão de uma única conduta poder dar ensejo à imposição de sanção e acarretar o dever de reparação do dano, seguiu-se a ideia de que, no processo em que se estabelece a reprimenda, se faz possível também a condenação do responsável pelo dano ao pagamento de indenização.

Referido modelo, portanto, em virtude da aplicação das Ordenações Filipinas no Brasil, foi o que primeiro vigorou. Revogado o mencionado estatuto, editados que foram os Códigos Criminal (1830) e de Processo Criminal (1832), não se operou relevante mudança: continuou a ser possível a condenação cível daquele que era acusado da prática de delito. Isto é, no processo penal o julgador estava autorizado a impor ao réu a reprimenda e condená-lo a ressarcir o dano ocasionado.

Os dois citados Diplomas (principalmente o de processo), porém, pecaram em técnica legislativa. A regulamentação referente a como proceder para se tornar possível a fixação da indenização em prol do lesado fez com que inúmeras dúvidas surgissem. As críticas ao modelo se avolumaram, e a saída, ao invés de ser o aperfeiçoamento da disciplina, consistiu na revogação. Uma lei editada em 3 de dezembro de 1841 estabeleceu que, em todos os casos, a indenização deveria ser pedida em ação cível.

Com isso, se quebrou uma tradição; tradição que não foi abandonada em Portugal, onde, até hoje, o dano decorrente do cometimento de crime é reparado, de ordinário, no mesmo processo em que se apura a responsabilidade criminal daquele que é apontado como autor da conduta.

Editado o atual Código de Processo Penal, o que ocorreu após a vigência, por curto intervalo de tempo, de Diplomas estaduais, se fez constar, na exposição de motivos, que o mesmo modelo, de separação, era o que ainda estava em vigor no Brasil. A ideia passada,

portanto, era a de que o ofendido não estava autorizado a propor demanda perante o juízo criminal para fazer valer o seu direito de ser indenizado.

Influenciados pelas teorias defendidas pelos expoentes da chamada Escola Positiva, os doutrinadores brasileiros em sua grande maioria concluíram que, além de não ser permitida a atuação do lesado no processo penal com o objetivo de obter a condenação do réu ao ressarcimento do dano, a sentença penal de procedência, independentemente de qualquer pronunciamento específico a respeito do tema, figurava como título executivo judicial e poderia ser executada perante o juízo cível.

Aliás, é importante deixar claro que ainda hoje prevalece tal entendimento, nada obstante a reforma introduzida pela Lei 11.719/08. Um dos poucos estudiosos que se manifestou em sentido diverso foi Pontes de Miranda. O doutrinador sustentou que o art. 63 do CPP conferia ao juiz o poder de condenar o réu civilmente. Estava, portanto, com a citada teoria, aberta a primeira possibilidade para que se concluísse que, tal como ocorre em outros países, o magistrado criminal tem como impor ao acusado, de maneira expressa, a obrigação de reparação do dano.

Tese próxima daquela apresentada pelo professor alagoano foi trazida por outro processualista. Enrico Tullio Liebman, ao abordar os títulos executivos cíveis, ou seja, ao comentar as espécies previstas no CPC/73, escreveu que a sentença que condena criminalmente o réu torna certa a obrigação de indenizar o ofendido pelo dano decorrente da prática do crime, permitindo, assim, somente a propositura de ação de conhecimento.

O mesmo autor defendeu, em acréscimo, que na hipótese – e somente nela – de a decisão criminal conter expressa condenação em perdas e danos se possibilitava a execução perante a justiça cível, pois, então, o credor (lesado) disporia de título executivo judicial.

É de se imaginar que Liebman defendeu o citado posicionamento, pois em seu país de origem, tal como ocorre em outros Estados europeus, apenas é suscetível de execução a sentença criminal que efetivamente condena o réu ao pagamento de indenização por perdas e danos.

Na Itália, assim como em Portugal, França e Espanha, não se questiona que a condenação penal obriga o autor do crime a ressarcir o prejuízo ocasionado, mas nem por

isso se encontra na doutrina formada nas referidas nações quem sustente que a sentença criminal, por si só, e independentemente de pronunciamento específico, seja título executivo judicial.

Portanto, o que se pretendeu neste trabalho foi apresentar argumentos, além dos mostrados pelos dois doutrinadores mencionados, no sentido de corroborar a ideia de que somente havendo condenação expressa cível faz-se possível a execução da sentença penal. Para tanto, em tópicos específicos, se buscou demonstrar que o art. 91, I, do CP, não tem o condão de criar em favor do lesado título executivo judicial e que o art. 515, VI, do CPC, não pode ser interpretado literalmente.

Defendeu-se que a norma citada e constante do Código Penal estabelece, com outras palavras, algo que pode ser considerado um princípio geral de direito, ou seja, a ideia de que aquele que pratica ato ilícito e causa dano fica obrigado a repará-lo (art. 927 do CC).

Em tempos remotos, de forma taxativa eram previstas as situações que criavam para o autor do ato a obrigação de ressarcimento, e a prática de crimes era exemplo. A partir, porém, da edição do Código Civil francês (1804), despontou a concepção de que qualquer ato humano culposos que causa dano gera o dever de reparação.

As legislações de diversos países, inclusive a do Brasil (vide art. 159 CC/16), passaram a seguir o referido padrão, fazendo com que não mais fosse necessária a existência de dispositivos específicos que estipulassem que este ou aquele comportamento gera a obrigação de ressarcimento do prejuízo. Vale dizer, desapareceu aquilo que pode ser chamado de tipicidade do ilícito civil.

O art. 91, I, do CP, portanto, tem por função, além de reafirmar a obrigação geral de ressarcimento do dano, estabelecer que, uma vez apurados, no processo criminal, a prática de crime e quem o cometeu, fica vedada a discussão em outra seara (juízo cível) de tais temas, sendo lícito apenas verificar a ocorrência do dano, sua extensão e quem foi o lesado.

Trata-se, portanto, daquilo que Machado Guimarães intitulou como sendo o efeito preclusivo panprocessual da sentença penal: quem foi condenado criminalmente não pode, de maneira juridicamente relevante, negar a ocorrência do fato e sua autoria.

O art. 515, VI, do CPC, como decorrência lógica, tem de ser interpretado em consonância com tal entendimento, figurando, portanto, como título executivo judicial, a sentença penal que condena civilmente o réu.

O legislador brasileiro, diferentemente do que ocorre em outros países, a exemplo da Itália, entendeu por bem fazer menção expressa à sentença penal como título executivo civil. Não precisava, pois bastava prever que exequível é a sentença (independentemente de onde foi proferida) que prevê a exigibilidade de obrigação de pagar quantia, fazer, não fazer ou entregar coisa.

No CPC/15, por conta da citada peculiaridade do sistema pátrio, foi criado o inciso VI. No inciso I se fez constar a expressão ‘processo civil’; no inciso VI se falou em ‘sentença penal’, ou seja, em decisão proferida em processo criminal. Em ambas as hipóteses, porém, o que há em comum é a condenação à obrigação de pagar quantia.

Consolidada a referida ideia, nos capítulos que se seguiram, foram sendo desenvolvidos os mais variados assuntos. Salientou-se que o juiz criminal, atendendo a pedido expresso, está autorizado a condenar o réu a restituir bens e a pagar indenização, quer a título de dano material (danos emergentes e lucros cessantes), quer a título de dano moral.

Defendeu-se a impossibilidade de o Ministério Público postular em todo e qualquer caso a condenação do réu à reparação do dano. E isso porque o referido órgão, de acordo com a roupagem constitucional atual, tem por função defender os interesses sociais e os individuais indisponíveis. Logo, se o delito causa lesão patrimonial a alguém que não é tido como incapaz, cabe ao próprio lesado (pessoa física ou jurídica) a busca pela satisfação do seu direito.

Compete, então, ao Ministério Público, por exemplo, a atuação na demanda acessória quando o dano acarreta violação a interesses difusos. Diversas vezes, ao longo do trabalho, usou-se, para ilustrar a situação, a prática de crime ambiental. O indivíduo que causa poluição de qualquer natureza (art. 54, *caput*, da Lei 9.605/98) atinge com o seu ato pessoas indeterminadas, motivo pelo qual o citado órgão, com atribuição para defesa da sociedade, tem legitimidade para postular a reparação do prejuízo.

Em linhas gerais, o Ministério Público (o que não exclui a legitimidade de outros entes) figurará como autor da demanda indenizatória nas vezes em que couber a propositura da ação civil pública. Igualmente, será um dos legitimados quando a conduta levada a efeito pelo indivíduo acusado da prática de crime configurar também ato de improbidade administrativa. É o que ocorre quando o servidor público recebe indevidamente vantagem econômica em razão da função que exerce. Em tal situação, além de cometer o delito de corrupção passiva (art. 317 do CP), viola a regra contida no art. 9º, I, da Lei 8.429/92.

Quanto à legitimidade passiva, concluiu-se que, no sistema brasileiro, diferentemente do que ocorre em outros países, não há a possibilidade de, com a propositura da ação cível, haver a ampliação subjetiva. Em outras palavras, o único legitimado a figurar como réu na demanda acessória é aquele que figura como acusado ou querelado.

Com efeito, se, de acordo com o art. 144 do CPP, as medidas cautelares (hipoteca legal e arresto) contra o responsável civil devem ser requeridas perante o juízo cível, a conclusão a que se chega é que, no processo penal, a referida figura não pode integrar o polo passivo.

Havendo, porém, mais de um autor o crime (seja autor principal ou partícipe), todos responderão solidariamente, o que cria para o lesado a faculdade de escolher quem processar. Ou seja, poderá propor a ação reparatória em face de um, alguns ou todos. E, em qualquer situação, estará autorizado a pedir que o réu seja condenado a ressarcir integralmente o prejuízo.

Proposta a demanda somente contra um (ou alguns), poderão os outros que figuram como acusados habilitar-se como assistentes litisconsorciais. Esta, a propósito, é a única espécie de intervenção de terceiros cabível na ação acessória. A possibilidade de os demais réus integrarem a lide decorre do fato de que a relação jurídica entre lesado e acusado processado civilmente também lhes pertencer.

Sustentou-se, no que toca à causa de pedir, que ela é específica. Ou seja, o ofendido baseará a sua pretensão no dano decorrente do cometimento da infração penal. Portanto,

ainda que eventualmente exista outro fundamento a justificar a propositura da ação, o lesado sustentará o seu direito na lesão ocasionada pelo crime.

Assim, mesmo que a prática do ilícito criminal configure também descumprimento contratual (ex. o indivíduo se apropria indebitamente do bem móvel que lhe foi locado), o que justificará a condenação do réu ao pagamento de indenização é o prejuízo fruto do delito. Isso se dá em razão de a demanda acessória ter de ser conexa com a ação principal (penal).

No momento em que a atenção se voltou ao que pode ser pedido na demanda cível, defendeu-se a possibilidade de o indivíduo pleitear a restituição de bens, tenham sido, ou não, apreendidos. Ademais, ainda a respeito deste tema, entendeu-se que, nos dias atuais, é descabido a autoridade policial decidir o destino daquilo que está em seu poder, competindo ao magistrado, após a manifestação do representante do Ministério Público, deferir ou não a restituição.

No tocante ao pleito indenizatório, a ideia apresentada é no sentido de que, de regra, compete ao interessado especificá-lo e quantificá-lo, somente sendo possível a dedução de pedido genérico quando não for possível, desde logo, saber quais são as consequências do ato ou do fato. Consequentemente, de maneira excepcional, a sentença poderá ser ilíquida, o que obrigará o credor a providenciar a liquidação, o que fará perante o juízo cível, como etapa anterior a do cumprimento.

Ainda sobre o pedido, o estudo desenvolvido apontou que a restituição pode ser buscada imediatamente após ter ocorrido a comunicação da prática do crime à autoridade policial. Instaurado o procedimento investigatório, está o interessado autorizado a pleitear a devolução daquilo que é seu. O requerimento será direcionado ao aludido servidor, o qual o encaminhará ao Ministério Público para que se manifeste, vindo na sequência a decisão judicial.

O pedido indenizatório, por seu turno, terá de ser deduzido concomitantemente ou posteriormente à propositura da ação penal. Caso haja identidade de autor, poderá este se valer da mesma peça processual (ex.: denúncia) para formular ambas as pretensões, isto é, a penal e a cível. Por outro lado, quando não houver identidade, a ação cível, justamente por ser acessória, será aviada posteriormente.

O prazo fatal para a distribuição do pleito é de 24 horas antes da audiência de instrução e julgamento. No início da solenidade, a parte contrária será cientificada da demanda, e poderá contestar oralmente ou, na impossibilidade, postular a redesignação para apresentação de defesa.

O intervalo mencionado é previsto expressamente na legislação processual francesa. O CPP brasileiro, diversamente, é omissivo. Por isso, há de se buscar qual seria o termo final para ajuizamento da ação cível. Em razão de não ser possível a apresentação da demanda após a instrução, é razoável que, até pouco antes do seu início, esteja a parte autorizada a tanto.

A defesa, por seu turno, não sofrerá prejuízo. Isso porque, caso conclua não estar habilitada a se manifestar durante a audiência a respeito da pretensão reparatoria, terá como requerer o adiamento da solenidade, quando, então, o juiz lhe conferirá o prazo de dez dias para apresentação da sua defesa.

Aliás, esse é o prazo que se deve conferir ao réu. Trata-se do mesmo intervalo de tempo que lhe é concedido para apresentação de resposta à acusação (art. 396, *caput*, do CPP). O demandado poderá contestar, lhe sendo lícito arguir preliminares (art. 337 do CPC) antes de enfrentar o mérito. O ônus de impugnação especificada fica um tanto mitigado em razão de a matéria criminal não ser suscetível de confissão ficta. Portanto, ainda que deixe o réu de rebater tudo o que foi sustentado pelo autor, não haverá, diferentemente do que ocorre no processo civil, presunção de veracidade dos fatos narrados na inicial.

Defendeu-se, em tópico específico do trabalho, a possibilidade de concessão de tutela de urgência (de natureza cível) no processo penal. Argumentou-se que, se é possível – em decorrência de previsão no CPP – o deferimento de medidas cautelares com objetivo de garantir a reparação do dano, não se deve impedir o manejo de outras providências similares, máxime porque o CPC/15 seguiu a orientação de que, independentemente da natureza da medida (cautelar ou antecipatória), pode ser ela concedida em processo de conhecimento.

Assim, na hipótese de prática de crime de lesão corporal grave (art. 129, § 1º, I, do CP), pode o lesado postular seja o réu instado a desde logo arcar com os valores que

deixou de auferir em razão de ter de se afastar do trabalho. O juiz, outrossim, pode determinar medidas indutivas, coercitivas, mandamentais e sub-rogoratórias para assegurar o cumprimento da decisão (art. 139, IV, do CPC).

Dado prosseguimento aos temas que precisavam ser enfrentados, dedicou-se atenção ao julgamento das ações. Salientou-se que, ocorrendo a rejeição da denúncia ou da queixa, não há como autorizar o prosseguimento do pleito indenizatório, pois, ausente a ação principal (penal), não é possível tramitar isoladamente a demanda acessória (cível).

Outrossim, quanto ao julgamento antecipado da matéria criminal, anotou-se que o juiz nem sempre estará autorizado a decidir, de forma definitiva, o mérito da ação indenizatória. De fato, nas hipóteses em que o lesado não for quem deu causa à reação lícita do agente (isto é, quando o indivíduo estiver amparado em excludentes de ilicitude), não poderá o pleito (que será ajuizado por terceiro, ou seja, pessoa diversa do réu e do agente provocador da reação) ser de logo desacolhido.

Em relação ao julgamento proferido após a instrução, observou-se que o não acolhimento da pretensão deduzida pelo autor da ação penal não impede o acolhimento da demanda ressarcitória. Em outras palavras, existem situações em que, julgado improcedente o pedido da ação penal, será o réu condenado a ressarcir o prejuízo ocasionado ao lesado. Isso se dá em razão de a ilicitude civil ser mais ampla que a criminal.

Ocorre também que, em algumas situações, o pedido da ação criminal será acolhido, e o da demanda cível não. Embora todo ilícito penal configure também ilícito civil, nem sempre ocasionará dano, que é o pressuposto para a configuração da responsabilidade civil. A indenização se mede pela extensão do dano. Consequentemente, quando ausente, não haverá o que ser ressarcido.

Diante do exposto, é correto dizer que, diferentemente do que se pode imaginar, nem sempre o acessório seguirá a sorte do principal. Haverá situações em que, por decorrência lógica, todas as pretensões serão julgadas improcedentes. É o que sucede quando fica evidenciado que o fato não ocorreu ou que o réu não foi o autor.

Salientou-se, ainda em relação ao julgamento, que as partes, de maneira geral, estão autorizadas a celebrar acordo com intuito de colocar fim ao vínculo jurídico extrapenal que

os une. E assim agindo, mesmo que eventualmente, no futuro, o pedido contido na ação penal seja julgado improcedente por não ter o fato ocorrido, não poderá qualquer das partes deixar de observar o negócio jurídico celebrado, o qual, levado à homologação, valerá como título executivo judicial.

Voltada a atenção para a análise dos recursos e outros meios de impugnação das decisões judiciais, pontuou-se que, no processo penal, a matéria cível dá azo ao manejo de embargos de declaração, apelação, recurso em sentido estrito, embargos infringentes e de nulidade, carta testemunhável e mandado de segurança.

É certo, porém, que o campo de aplicação será restrito, exceto quanto aos embargos de declaração. Qualquer decisão, interlocutória ou final, está sujeita à referida espécie de recurso, competindo, entretanto, à parte se atentar às hipóteses de cabimento, não sendo lícita a oposição com intuito de obter a modificação completa do julgado.

A apelação, por seu turno, pode ser interposta por qualquer das partes da ação civil em face da sentença. O apelante buscará a reforma do quanto decidido, podendo o recurso impugnar total ou parcialmente a decisão. A apelação exclusivamente cível não tem o condão de fazer com que o tribunal aprecie a matéria criminal. Mas o contrário é plenamente viável, o que se dá por conta da relação de acessoriedade da ação reparatória.

Assim, caso haja recurso criminal e o tribunal conclua que o fato não existiu ou que o réu não foi o autor, além de absolvê-lo, julgará improcedente o pedido cível, o que fará para que seja mantida a coerência da decisão.

No processo penal vigora o princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias. Como consequência, as hipóteses de recurso em sentido estrito (art. 581 do CPP) não comportam ampliação por emprego da analogia. Não está vedada, porém, a interpretação extensiva.

O CPP não prevê expressamente nenhuma hipótese de recurso em sentido estrito para casos em que o objeto da decisão tem conteúdo cível. Em duas situações, porém, não haveria como deixar de admitir o manejo da referida espécie de impugnação. São elas: contra a decisão que denega ou julga deserta a apelação (art. 581, XV, do CPP) e para reformar o julgado que indeferiu a inicial da ação reparatória (art. 581, I, do CPP).

No primeiro caso mencionado, o CPP não especifica se a apelação é cível ou criminal. Por conta da ausência de especificação, deve-se entender que em ambas as hipóteses se mostra cabível o recurso. No outro caso, o Diploma faz expressa alusão à denúncia e à queixa. Como em tais peças é possível também deduzir a pretensão reparatória, não teria sentido não permitir o recurso quando o pedido é formulado em peça separada.

Os embargos infringentes e de nulidade poderão ser opostos quando o acórdão não for unânime. Havendo voto divergente, o réu está autorizado a se valer do citado meio de impugnação. O CPP não especifica matéria, se cível ou criminal, devendo, portanto, ser aceita qualquer delas. Ademais, segundo a atual disciplina contida no CPC (art. 942), havendo divergência entre os desembargadores que apreciam a apelação, o julgamento terá prosseguimento, sendo chamados outros julgadores, em número suficiente para que seja possível a inversão do resultado, os quais analisarão o caso.

A carta testemunhável tem incidência bastante limitada. Mas, em razão de ser cabível quando o recurso em sentido estrito é denegado ou quando, embora admitido, seja obstada a sua expedição ao tribunal, não teria razão restringir a sua aplicação para apenas a matéria criminal.

Outro meio de impugnação que estaria à disposição das partes cíveis no processo penal seria o mandado de segurança. Tratando-se de ação, e tendo por objetivo proteger direito líquido e certo, somente em casos realmente excepcionais se deve admitir o seu emprego. Isso ocorreria, por exemplo, quando, de forma absolutamente descabida, o juiz indeferisse o pedido de concessão de tutela de urgência.

Por fim, foi abordada a coisa julgada. No tópico, ficou anotado que a sentença, também quanto à matéria cível, quando aprecia o mérito, faz coisa julgada material. Mesmo que a absolvição se dê por não existir prova suficiente para a condenação (art. 386, VII, do CPP) e a pretensão reparatória seja julgada improcedente, não há como se pretender rediscutir a matéria no juízo extrapenal.

Optando o lesado por buscar a satisfação do direito que alega possuir perante a justiça criminal, seja qual for o resultado (procedente ou improcedente), terá de se conformar com ele, não sendo viável reabrir a discussão em outra seara.

O art. 387, IV, do CPP estabelece que o juiz fixará valor mínimo para reparação dos danos, o que não significa que, arbitrada determinada quantia, esteja a parte autorizada a, em outra ação, pleitear montante maior. Aquilo que foi julgado (ex. dano moral) estará coberto pela coisa julgada.

Perceba-se, porém, que ofendido está autorizado a postular, na ação acessória, a condenação do réu ao pagamento de determinada verba (ex. lucros cessantes), deixando para outra ação (perante o juízo cível) a cobrança de outros valores a título diverso (ex. dano moral).

É necessário, em situação como a mencionada, se atentar para o fato de que a solução da ação penal pode impedir a discussão (ex. absolvição em razão de o fato não ter existindo), não se viabilizando a referida pretensão. Isso se dá por força do efeito preclusivo panprocessual da sentença penal que transitou em julgado.

Encerrados os assuntos indispensáveis a respeito do exercício da ação de reparação do dano no processo penal, é possível perceber que ao longo do trabalho se tentou apresentar argumentos que justificam a adoção de teoria que no Brasil é tida como minoritária. Buscou-se demonstrar que é possível o juiz criminal fixar indenização em favor do lesado, mas desde que haja provocação deste, figurando a sentença de procedência como título executivo judicial.

Pretendeu-se, na verdade, apresentar o modo pelo qual o lesado precisa agir para conseguir alcançar o resultado, ou seja, para obter a reparação do prejuízo. Para tanto, diversas situações hipotéticas foram imaginadas, e isso foi necessário em razão de a legislação processual penal ser omissa em muitos pontos. Aliás, em virtude da escassez normativa, tanto a legislação como ensinamentos de doutrinadores estrangeiros serviram de apoio para o desenvolvimento da matéria.

Tudo se fez com o propósito de se contemplar teorias vindas de outros países com uma aproximação viável à realidade brasileira. Como consequência, algumas adaptações tiveram de ser feitas. É certo que, em razão disso, algumas opiniões apresentadas podem ser contestadas. Constata-se, entretanto, que todos os pontos de vista apresentados estão justificados, e mais do que isso: visou-se sempre a busca de coerência e o respeito às garantias constitucionais.

A intenção, desde o começo do projeto, foi desenvolver estudo com objetivos práticos, vale dizer, a finalidade sempre foi tornar factível a aplicação daquilo que se mostra como revolucionário no sistema processual penal brasileiro. A missão mostrou-se árdua, pois poucos são os estudiosos brasileiros que se aprofundam na análise da matéria.

Talvez a falta de interesse por este e por temas correlatos se dê em decorrência da cultura jurídica criada no Brasil, no sentido de que existe uma espécie de processo para cada providência, o que contribui para gerar estudos que não se encontram. No limbo formado, que consiste na confluência de dois setores da ciência jurídica, faltou mais atenção por parte dos estudiosos do direito.

De fato, vigora há muito tempo a concepção de que, em determinado processo, se aplicam somente medidas de cunho cível, e em outro se fazer incidir apenas medidas de natureza criminal. O reflexo dessa concepção é notado no reduzido emprego, no dia-a-dia forense, das medidas assecuratórias previstas no CPP, tais como o sequestro e a hipoteca de bens.

A previsão constante do art. 387, IV, do CPP, que reforça a ideia de sincretismo entre as espécies de processo, apesar de relativamente recente, não serviu até os dias que correm para chamar a atenção de grande parte dos doutrinadores quanto à necessidade do desenvolvimento de estudos que correspondam a diálogos entre o processo civil e o processo penal. Raras são as obras brasileiras que têm por objetivo analisar aquilo que de comum há entre os dois ramos, e ainda mais escassos são os trabalhos que analisam a reparação do dano no processo penal.

Por conta disso, o trabalho aqui desenvolvido se justifica. Com ele se pretendeu demonstrar a relevância do tema e provar que, com algum esforço, é possível criar um modelo que tem como ser aplicado e que traz efetividade ao processo penal.

Imagina-se que a partir do momento em que a doutrina se der conta de que, pelo sistema criado com o CPC/15, passou a vigorar no Brasil modelo mais aberto de processo, com a previsão de cláusulas gerais e consequente exclusão da necessidade de existência de detalhado regramento, figurando sempre como norte a efetiva solução de conflitos e não o cumprimento de incontáveis formalidades, tão mais fácil será colocar em prática a ação cível na justiça criminal.

Espera-se, para que isso efetivamente aconteça, que não venha a ocorrer o que sucedeu quando estava em vigor o Código de 1832. Isto é, almeja-se a não alteração legislativa para proibir a dedução de pleito reparatório no processo penal.

Se a regulação atual é ruim para alguns, o melhor a fazer é aprimorá-la. Somente com a iniciativa dos estudiosos do direito é que se conseguirá mudar o rumo das coisas. Aqui, o esforço se deu com essa intenção. Quem sabe, contando com a participação de outros, com o consequente aprimoramento da teoria, o Brasil sirva de exemplo de país que dispõe de legislação e obras sobre como o lesado pode ter seu direito resguardado no processo penal.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Florêncio de. Reparação do dano. *Revista forense*, Rio de Janeiro, v. 93, p. 24-28, jan. 1943.
- ABREU, Roberto. *A sentença criminal e a responsabilidade civil*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1987.
- ACOSTA, Walter P. *O processo penal: teoria, prática, jurisprudência, organogramas*. 14. ed. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1979.
- ALCALA-ZAMORA Y CASTILLO, Niceto; LEVENE, Ricardo. *Derecho procesal penal*. Buenos Aires: Guillermo Kraft, 1945.
- ALMEIDA, Candido Mendes de. *Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal*. 14. ed. Rio de Janeiro: Instituto Philomathico, 1870.
- ALMEIDA, Joaquim Canuto Mendes de. *Ação penal: análise e confrontos*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1938.
- ALMEIDA, Joaquim Canuto Mendes de. *Processo penal, ação e jurisdição*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1975.
- ALMEIDA, José Luiz Gavião de. Direito das sucessões. Sucessão em geral. Sucessão legítima: arts. 1.784 a 1.856. In: AZEVEDO, Álvaro Villaça de (coord). *Código Civil comentado*. São Paulo: Atlas, 2003. v. 18.
- ALMEIDA, José Raul Gavião de. *Da legitimação na ação civil pública*. 1985. 108 p. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.
- ALMEIDA, José Raul Gavião de. Do julgamento antecipado da lide penal. *Revista brasileira de ciências criminais*, São Paulo, ano 3, n. 12, p. 124-129, out./dez. 1995.
- ALVES, José Carlos Moreira. *Direito romano*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1987. v. 1.
- ALVIM, Agostinho. *Da inexecução das obrigações e suas consequências*. São Paulo: Saraiva, 1949.
- AMARAL, Guilherme Rizzo. *Comentários às alterações do novo CPC*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.
- AMORIM, Carpena. *A reparação do dano decorrente do crime*. Rio de Janeiro: Espaço Jurídico, 2000.
- ANDRADE, Manuel da Costa. *Consentimento e acordo em direito penal*. Coimbra: Coimbra Editora, 1991.
- ANTUNES, Maria João. *Direito processual penal*. Coimbra: Almedina, 2017.

AQUINO, José Carlos Gonçalves Xavier de. *A prova testemunhal no processo penal brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 1987.

AQUINO, José Carlos Gonçalves Xavier de; NALINI, José Renato. *Manual de processo penal*. 3. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

ARAGÃO, Egas Dirceu Moniz de. *Comentários ao Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 1974. v. 2.

ARANGIO-RUIZ, Vincenzo. *Historia del derecho romano*. Tradução de Francisco de Pelsmaeker e Ivañez. Madrid: Reus, 1943.

ARANGIO-RUIZ, Vincenzo. *Instituciones de derecho romano*. Tradução de José M. Caramés Ferro. Buenos Aires: Depalma, 1973.

ARANHA, Adalberto José Queiroz Telles de Camargo. *Da prova no processo penal*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1987.

ARANHA, Adalberto José Queiroz Telles de Camargo. *Dos recursos no processo penal*. São Paulo: Saraiva, 1988.

AROCENA, Gustavo A. Constitución en parte civil. In: AROCENA, Gustavo. A. (coord.). *Reparación de daños en el proceso penal*. Córdoba: Mediterránea, 2005, p.143-185.

ASSIS, Araken de. *Eficácia civil da sentença penal*. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

AZCONA, Mónica A. Traballini de. Demanda y contestación de la demanda. In: AROCENA, Gustavo. A. (coord.). *Reparación de daños en el proceso penal*. Córdoba: Mediterránea, 2005, p. 253-284.

AZEVEDO, Luiz Carlos de. *O direito de ser citado*. São Paulo: Resenha Universitária: 1980.

AZEVEDO, Vicente de Paulo Vicente de. *Crime – dano – reparação*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1934.

AZEVEDO, Vicente de Paulo Vicente de. *Curso de direito judiciário penal*. São Paulo: Saraiva, 1958. v. 2.

BADARÓ, Gustavo Henrique. *Processo penal*. 3. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

BARBI, Celso Agrícola. *Comentários ao Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 1975. v. 1, t. 1.

BARREIROS, José António. *Processo penal*. Coimbra: Almedina, 1981.

BARROS, Romeu Pires de Campos. *Sistema do processo penal brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense, 1990. v. 2.

BATTAGLINI, Giulio. *Direito penal: parte geral*. Tradução de Paulo José da Costa Junior e Ada Pellegrini Grinover. São Paulo: Saraiva, 1964.

BDINE JUNIOR, Hamid Charaf. Arts. 233 a 420 – Obrigações. In: PELUSO, Cezar (coord.). *Código Civil comentado: doutrina e jurisprudência*. 7. ed. Barueri: Manole, 2013, p. 176-473.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Tutela cautelar e tutela antecipada: tutelas sumárias e de urgência – tentativa de sistematização*. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

BENEVOLO, Federico. *La parte civile nel giudizio penale*. 3. ed. Torino: Unione, 1892.

BERMUDES, Sergio. Comentários ao Código de Processo Civil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1975. v. 7.

BERNAL, Beatriz; LEDESMA, José de Jesus. *Historia del derecho romano y de los neorromanistas*. 6. ed. México: Porrúa, 1995.

BEVILAQUA, Clovis. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil comentado*. Edição histórica. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1975. v. 4.

BINDER, Alberto M. *Derecho procesal penal*. Buenos Aires: Ad-hoc, 2018. v. 4.

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Código Penal comentado*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Erro jurídico-penal: culpabilidade, erro de tipo, erro de proibição*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1996.

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de direito penal: parte geral*. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. v. 1.

BONFANTE, Pedro. *Instituciones de derecho romano*. Tradução de Luis Bacci e Andres Larrosa. 4. ed. Madrid: Reus, 1965.

BRESOLIN, Umberto Bara. *Revelia e seus efeitos*. São Paulo: Atlas, 2006.

BRUNO, Anibal. *Direito penal: parte geral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1967. v. 3.

BUENO, Cassio Scarpinella. *Curso sistematizado de direito processual civil: procedimento comum: ordinário e sumário*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. v. 2, t. 1.

BUENO, Cassio Scarpinella. *Curso sistematizado de direito processual civil: recursos, processos e incidentes nos tribunais, sucedâneos recursais: técnicas de controle das decisões jurisdicionais*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 5.

BUENO, José Antonio Pimenta. *Apontamentos sobre o processo criminal brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Empresa Nacional do Diário, 1857.

CABRAL, Antonio do Passo. O valor mínimo da indenização cível fixado na sentença condenatória penal: notas sobre o novo art. 387, IV do CPP. *Revista do Ministério Público. Edição comemorativa*, Rio de Janeiro, 2015, p. 1585-1604.

CAETANO, Marcello. *História do direito português*. 2. ed. Lisboa: Verbo, 1985.

CÂMARA, Alexandre Freitas. Efeitos civis e processuais da sentença penal condenatória criminal – reflexões sobre a Lei nº 11.719/2008. *Revista IOB de Direito Penal e Processual Penal*, Porto Alegre, n. 56, p. 71-81, jun./jul. 2009.

CARNEIRO, Athos Gusmão. *Da antecipação de tutela*: exposição didática. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

CARNEIRO, Athos Gusmão. *Audiência de instrução e julgamento e audiências preliminares*. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

CARNELUTTI, Francesco. *Derecho procesal civil y penal*. Tradução de Enrique Figueroa Alfonzo. México: Episa, 1994.

CARNELUTTI, Francesco. *Il danno e il reato*. Padova: Antonio Milani, 1926.

CARNELUTTI, Francisco. *Sistema de derecho procesal civil*. Tradução de Niceto Alcalá-Zamora y Castillo e Santiago Sentís Melendo. Buenos Aires: Uteha, 1944. v. 1.

CARVALHO, Luis Gustavo Grandinetti Castanho de. *Processo penal e Constituição*: princípios constitucionais no processo penal. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

CARVALHO, Milton Paulo de. *Do pedido no processo civil*. Porto Alegre: Fabris, 1992.

CARRÁ, Bruno Leonardo Câmara. *Responsabilidade civil sem dano*: uma análise crítica: limites epistêmicos a uma responsabilidade civil preventiva ou por simples conduta. São Paulo: Atlas, 2015.

CASAS, Margarita D. La sentencia del juez penal que resuelve sobre la acción civil. In: AROCENA, Gustavo. A. (coord.). *Reparación de daños en el proceso penal*. Córdoba: Mediterránea, 2005, p. 409-428.

CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de direito processual civil*. Tradução de J. Guimarães Manegale. São Paulo: Saraiva, 1965. v. 1.

CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de direito processual civil*. Tradução de J. Guimarães Manegale. São Paulo: Saraiva, 1965. v. 3.

CHOUKR, Fauzi Hassan. *Código de Processo Penal*: comentários consolidados e crítica jurisprudencial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

CIAN, Giorgio; TRABUCCHI, Alberto. *Commentario breve al Codice Civile*. 4. ed. Padova: Cedam, 1992.

CERONI, Carlos Roberto Barros. *Revisão criminal: características, consequências e abrangência*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2005.

COCITO, Francesco. *La parte civile in materia penale*. Torino: Fratelli Bocca, 1881.

COGAN, José Damião Pinheiro Machado. *Mandado de segurança na justiça criminal e Ministério Público*. São Paulo: Saraiva, 1990.

COLOMBO, Leonardo A. *Culpa aquiliana: cuasidelitos*. 2. ed. Buenos Aires: TEA, 1947.

COSTA, José Francisco de Faria. *O perigo em direito penal*. Coimbra: Coimbra Editora, 1992.

COSTA, José da Silva. *Estudo theorico e pratico sobre a satisfação do damno causado pelo delicto*. Rio de Janeiro: Perseverança, 1867.

COSTA, Mário Júlio de Almeida. *História do direito português*. Coimbra: Coimbra Editora, 1989.

COSTA JUNIOR, Paulo José da. *Código Penal comentado*. 9. ed. São Paulo: DPJ, 2007.

CRUZ E TUCCI, José Rogério. Comentários ao Código de Processo Civil (arts. 485 ao 538). In: MARINONI, Luiz Guilherme (Dir.); ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel (coord.). *Coleção Comentários ao Código de Processo Civil*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016. v. 8.

CRUZ E TUCCI, José Rogério. *Desistência da ação: doutrina e jurisprudência*. São Paulo: Saraiva, 1988.

CYRILLO, Alcides. *Estudo sobre a parte civil nos processos penais*. São Paulo: [s.n.], 1939.

DELMANTO, Celso; DELMANTO, Roberto; DELMANTO JUNIOR, Roberto; DELMANTO, Fabio M. de Almeida. *Código Penal comentado*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DIAS, Jorge de Figueiredo. *Acordos sobre a sentença em processo penal: o 'fim' do estado de direito ou um novo 'princípio'?*. Porto: Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados, 2011.

DIAS, Jorge de Figueiredo. *Direito processual penal*. Coimbra: Coimbra Editora, 1984. v. 1.

DIAS, Jorge de Figueiredo. *Sobre a reparação de perdas e danos arbitrada em processo penal*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1966.

DIAS, José de Aguiar. *Da responsabilidade civil*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979. v. 2.

DÍAZ, Carlos Alberto Chiara; OBLIGADO, Daniel Horacio. *La reparación del daño en el proceso penal*. Rosario: Nova Tesis Editorial Jurídica, 2007.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *A reforma da reforma*. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2009. v. 2.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2009. v. 3.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Litisconsórcio*. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 1996.

DE CUPIS, Adriano. *Il danno*: teoria generale della responsabilità civile. Milano: Giuffrè, 1946.

DEMERCIAN, Pedro Henrique; MALULY, Jorge Assaf. *Curso de processo penal*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

DONNINI, Rogério. Da responsabilidade civil (Arts. 927 a 954). In: ARRUDA ALVIM; ALVIM, Thereza (coord.). *Comentários ao Código Civil brasileiro*: dos atos unilaterais; dos títulos de crédito; da responsabilidade civil; das preferências e privilégios creditórios (arts. 854 a 965). Rio de Janeiro: Forense, 2013. v. 8, p. 363-483.

DUARTE, José A. Caetano. *O erro no Código Penal*. Lisboa: Vega, 1984.

DUARTE, Nestor. Arts. 1º a 232 – Parte geral. In: PELUSO, Cezar (coord.). *Código Civil comentado*: doutrina e jurisprudência. 7. ed. Barueri: Manole, 2013, p. 15-175.

ENNECCERUS, Ludwig. *Tratado de derecho civil*: parte general. Tradução de Blás Pérez González e José Alguer. Barcelona: Bosch, 1944. v. 2, t. 1.

ESPINOLA FILHO, Eduardo. *Código de Processo Penal Brasileiro anotado*. 6. ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1965. v. 1.

ESPINOLA FILHO, Eduardo. *Código de Processo Penal Brasileiro anotado*. 5. ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1959. v. 2.

ESPINOLA FILHO, Eduardo. *Código de Processo Penal Brasileiro anotado*. 5. ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1960. v. 3.

ESPINOLA FILHO, Eduardo. *Código de Processo Penal Brasileiro anotado*. 5. ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1961. v. 6.

FACHIN, Luiz Edson. *Intervenção de terceiros no processo civil*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1989.

FARIA, Bento de. *Código de Processo Penal*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1960. v. 1.

FARIA, Bento de. *Código de Processo Penal*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1960. v. 2.

FARIA, Jorge Leite Areias Ribeiro de. *Indemnização por perdas e danos arbitrada em processo penal: o chamado processo de adesão*. Coimbra: Almedina, 1978.

FAZZALARI, Elio. *Instituições de direito processual*. Tradução de Elaine Nassif. Campinas: Bookseller, 2006.

FEITOZA, Denilson. *Direito processual penal: teoria, crítica e práxis*. 5. ed. Niterói: Impetus, 2008.

FELIPETO, Rogério. *Reparação do dano causado pelo crime*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

FERNANDES, Antonio Scarance Fernandes; MARQUES, Oswaldo Henrique Duek. O estado na reparação do dano à vítima do crime. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 678, p. 7-13, abr. 1992.

FERNANDES, Antonio Scarance. *O papel da vítima no processo criminal*. São Paulo: Malheiros, 1995.

FERNANDES, Antonio Scarance. *Processo penal constitucional*. 3. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

FERRI, Henrique. *Princípios de direito criminal: o criminoso e o crime*. Tradução de Luiz de Lemos D'Oliveira. São Paulo: Saraiva, 1931.

FLORIAN, Eugenio. *Elementos de derecho procesal penal*. Tradução de L. Prieto Castro. 2. ed. Barcelona: Bosch, 1931.

FLORIAN, Eugenio. *Trattato di diritto penale: dei reati e delle pene in generale*. 2. ed. Milano: Dottor Francesco Villardi, [194-?]. v. 1, parte 2.

FOURNIER, André. *Code de Procédure Criminelle de L'Etat de New-York*. Paris: L. Larose, 1893.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. *Lições de direito penal: parte geral*. São Paulo: José Bushatsky, 1976.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. *Lições de direito penal: a nova parte geral*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

GARCIA, Basileu. *Instituições de direito penal*. 4. ed. São Paulo: Max Limonad, 1969. v. 1, t. 2.

GAROFALO, Raffaele. *A reparação às victimas do delicto*. Tradução de José Benevides. Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão, 1899.

GARRAUD, René. *Précis de droit criminel*. 4. ed. Paris: L. Larose & Forcel, 1892.

GIACOMOLLI, Nereu José. *Reformas (?) do processo penal: considerações críticas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

GIMENES, Marta Cristina Cury Saad. *As medidas assecutorórias do Código de Processo Penal como forma de tutela cautelar destinada à reparação do dano causado pelo delito*. 2007. 234 p. Tese (Doutorado em Direito Processual) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GIMENES, Marta Cristina Cury Saad. *O direito de defesa no inquérito policial*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

GODOY, Claudio Luiz Bueno de. Arts. 927 a 954 – Responsabilidade civil. In: PELUSO, Cezar (coord.). *Código Civil comentado: doutrina e jurisprudência*. 7. ed. Barueri: Manole, 2013, p. 908-951.

GOMES FILHO, Antonio Magalhães. *A motivação das decisões penais*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001.

GONÇALVES, Manuel Lopes Maia. *Código de Processo Penal anotado e comentado – Legislação complementar*. 13. ed. Coimbra: Almedina, 2002.

GRECO FILHO, Vicente. *Da intervenção de terceiros*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1991.

GRECO FILHO, Vicente. *Direito processual civil brasileiro*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 1992. v. 1.

GRECO FILHO, Vicente. *Direito processual civil brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1992. v. 2.

GRECO FILHO, Vicente. *Manual de processo penal*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

GREGORACI, Giuseppe. *Della riparazione del danno nella funzione punitiva*. Torino: Unione, 1903.

GRINOVER, Ada Pellegrini. *As condições da ação penal: uma tentativa de revisão*. São Paulo: José Bushatsky, 1977.

GRINOVER, Ada Pellegrini. *Direito processual civil*. São Paulo: José Bushatsky, 1974.

GRINOVER, Ada Pellegrini. *Novas tendências do direito processual*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antonio Magalhães; FERNANDES, Antonio Scarance. *Recursos no processo penal: teoria geral dos recursos, recursos em espécie e ações de impugnação*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1996.

GRINOVER, Ada Pellegrini. Parecer. In: GRINOVER, Ada Pellegrini. *A marcha do processo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 151-159.

GUALTIERI, Umberto. *I responsabili civil nel processo penale*. Napoli: Eugenio Jovene, 1969.

GUIMARÃES, Luiz Machado. *Estudos de direito processual civil*. Rio de Janeiro: Jurídica e Universitária, 1969.

HESPANHA, António Manuel. *Apontamentos de história do direito português*. Coimbra: João Abrantes, 1970.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes; MORAES, Renato Duarte Franco de. Direito das obrigações. In: HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes (coord). *Direito civil*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008. v. 2.

JESCHECK, Hans-Heinrich. *Tratado de derecho penal: parte general*. Tradução de Joé Luis Manzanares Samaniego. 4. ed. Granada: Comares, 1993.

JHERING, Rudolf von. *O espírito do direito romano: nas diversas fases de seu desenvolvimento*. Tradução de Rafael Benaion. Rio de Janeiro: Alba, 1943. v. 1.

JÍMENEZ, José Francisco Leyton. *Víctima y querellante en el proceso penal: problemas en el proceso chileno a la luz de sus fundamentos*. Santiago: EJS, 2015.

JOSSERAND, Louis. *Derecho civil: teoría general de las obligaciones*. Tradução de Santiago Cunchillos e Manterola. Buenos Aires: EJE, 1950. v. 1, t. 2.

KUNKEL, Wolfgang. *Historia del derecho romano*. Tradução de Juan Miguel. Barcelona: Ariel, 1966.

LASPRO, Oreste Nestor de Souza. *Duplo grau de jurisdição no direito processual civil*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995.

LARENZ, Karl. *Derecho de obligaciones*. Tradução de Jaime Santos Briz. 2. ed. Madrid: Revista de Derecho Privado, 1957. v. 2.

LAVARINI, Barbara. *Azione civile nel processo penale e principi costituzionali*. Torino: G. Giappichelli, 2009.

LEAL, Antonio Luiz da Camara. *Dos efeitos civis do julgamento criminal*. São Paulo: Saraiva, 1930.

LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes. *Direito das obrigações*. 14. ed. Coimbra: Almedina, 2017. v. 1.

LEONE, Giovanni. *Lineamenti di diritto processuale penale*. 4. ed. Napoli: Eugenio Jovene, 1956.

LEONE, Giovanni. *Tratado de derecho procesal penal: doctrinas generales*. Tradução de Santiago Sentís Melendo. Buenos Aires: EJE, 1989. v. 1.

LEVI, Nino. *La parte civile nel processo penale italiano*. Torino: Torinese, 1925.

LIEBMAN, Enrico Tullio. Decisão e coisa julgada. *Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo*, v. 40, p. 203-270, 1945.

LIEBMAN, Enrico Tullio. *Manual de direito processual civil*. Tradução de Cândido Rangel Dinamarco. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2005. v. 1.

LIEBMAN, Enrico Tullio. *Processo de execução*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1986.

LIMA, Renato Brasileiro de. *Curso de processo penal*. Niterói: Impetus, 2013.

LOPES, Miguel Maria de Serpa. *Curso de direito civil: introdução, parte geral e teoria dos negócios jurídicos*. 6. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1988. v. 1.

LOZZI, Gilberto. *Lezioni di procedura penale*. 12. ed. Torino: G. Giappichelli, 2017.

LYRA, Roberto. *Comentários ao Código Penal*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1958. v. 2.

MACEDO, Alexander dos Santos. *Da eficácia preclusiva panprocessual dos efeitos civis da sentença penal*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1989.

MALATESTA, Nicola Framarino Dei. *A lógica das provas em matéria criminal*. Tradução de Alexandre Augusto Correia. São Paulo: Saraiva, 1960.

MANZINI, Vincenzo. *Tratado de derecho procesal penal*. Tradução de Santiago Sentís Melendo e Marino Ayerra Redín. Buenos Aires: EJE, 1951. v. 1.

MANZINI, Vincenzo. *Tratado de derecho procesal penal*. Tradução de Santiago Sentís Melendo e Marino Ayerra Redín. Buenos Aires: EJE, 1951. v. 2.

MANZINI, Vincenzo. *Tratado de derecho procesal penal*. Tradução de Santiago Sentís Melendo e Marino Ayerra Redín. Buenos Aires: EJE, 1951. v. 5.

MARIANO, João Cura. *A providência cautelar de arbitramento de reparação provisória*. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2006.

MARQUES, José Frederico. *Elementos de direito processual penal*. Campinas: Bookseller, 1998. v. 1.

MARQUES, José Frederico. *Elementos de direito processual penal*. Campinas: Bookseller, 1998. v. 3.

MARQUES, José Frederico. *Elementos de direito processual penal*. Campinas: Bookseller, 1998. v. 4.

MARQUES, José Frederico. *Tratado de direito penal*. Campinas: Millennium, 1999. v. 3.

MAZEAUD, Henri; MAZEAUD, Léon; MAZEAUD, Jean. *Lecciones de derecho civil: la responsabilidad civil; los cuasicontratos*. Tradução de Luis Alcalá-Zamora y Castillo. Buenos Aires: EJE, 1978. v.2, t. 2.

MELO, Diogo Leonardo Machado de. Arts. 927 a 965. In: NANNI, Giovanni Ettore (coord.). *Comentários ao Código Civil: direito privado contemporâneo*. São Paulo: Saraiva, 2019, p. 1271-1342.

MENDONÇA, Andrey Borges de. *Nova reforma do Código de Processo Penal: comentada artigo por artigo*. São Paulo: Método, 2008.

MENKE, Fabiano. Arts. 104 a 185. In: NANNI, Giovanni Ettore (coord.). *Comentários ao Código Civil: direito privado contemporâneo*. São Paulo: Saraiva, 2019, p. 181-294.

MESQUITA, José Ignacio Botelho de. *A coisa julgada*. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

MIRABETE, Julio Fabbrini. *Manual de direito penal: parte geral (arts. 1º a 120)*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1986. v. 1.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. *Comentários ao Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 1974. v. 4.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. *Tratado de direito privado*. 3. ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1971. v. 27.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. *Tratado de direito privado*. 3. ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1972. v. 53.

MOMMSEN, Teodoro. *Derecho penal romano*. Tradução de P. Dorado. Bogotá: Temis, 1976.

MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de direito civil: direito das obrigações – 1ª parte*. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 1982.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. Ainda e sempre a coisa julgada. *Revista dos Tribunais*, v. 416, p. 9-17, jun. 1970.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. Apontamentos para um estudo sobre a reparação do dano causado pelo crime e os meios de promovê-la em Juízo. In: MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Temas de direito processual – segunda série*. São Paulo: Saraiva, 1980, p. 96-116.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. A sentença penal como título executivo civil. *Revista de direito penal*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 41-50, out./dez. 1971.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. Coisa julgada e declaração. In: MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Temas de direito processual*. São Paulo: Saraiva, 1977, p. 81-89.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. v. 5.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. Eficácia da sentença e autoridade da coisa julgada. In: MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Temas de direito processual – terceira série*. São Paulo: Saraiva, 1984, p. 99-113.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. Eficácia preclusiva da coisa julgada material no sistema do processo civil brasileiro. In: MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Temas de direito processual*. São Paulo: Saraiva, 1977, p. 97-109.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Estudos sobre o novo Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Liber Juris, 1974.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. *O novo processo civil brasileiro*. 25. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. Solidariedade ativa: efeitos da sentença e coisa julgada na ação de cobrança proposta por um único credor. In: MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Temas de direito processual – nona série*. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 221-234.

MOSSIN, Heráclito Antônio. *Curso de processo penal*. São Paulo: Atlas, 1998. v. 4.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Comentários ao Código de Processo Civil*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Novo Código de Processo Civil comentado*. 2. ed. Salvador: JusPodivm, 2017.

NORONHA, Carlos Silveira. *Do recurso adesivo*. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

NORONHA, Edgard Magalhães. *Curso de direito processual penal*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 1974.

NORONHA, Fernando. *Direito das obrigações: fundamentos do direito das obrigações; introdução à responsabilidade civil*. São Paulo: Saraiva, 2003. v. 1.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Código de Processo Penal comentado*. 10. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Manual de direito penal: parte geral: parte especial*. 7. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

NUCCI, Guilherme de Souza. *O valor da confissão como meio de prova no processo penal*. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.

NUÑEZ, Ricardo C. *La acción civil para la reparación de los perjuicios en el proceso penal*. Buenos Aires: Depalma, 1948.

OLIVEIRA JUNIOR, Antonio Sydnei de. *Revisão criminal: novas reflexões*. Curitiba: Juruá, 2009.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de; FISCHER, Douglas. *Comentários ao Código de Processo Penal e sua jurisprudência*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. *Curso de processo penal*. 14. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

OLMEDO, Jorge A. Clariá. *Derecho procesal penal*. Santa Fe: Rubinzal-Culzoni, 2008. v. 2.

OSHIRO, Claudia. Facultades y deberes de las partes civiles. In: AROCENA, Gustavo. A. (coord.). *Reparación de daños en el proceso penal*. Córdoba: Mediterránea, 2005, p.187-205.

PALERMO, Pablo Galain. *La reparación del daño a la víctima del delito*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2010.

PASSOS, José Joaquim Calmon de. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979. v. 3.

PASSOS, José Joaquim Calmon de. Em torno das condições da ação: a possibilidade jurídica do pedido. In: DIDIER JUNIOR, Fredie; BRAGA, Paula Sarno. *Ensaio e artigos*. Salvador: Juspodivm, 2016. v. 2, p. 21-29.

PETIT, Eugene. *Tratado elemental de derecho romano*. Tradução de Jose Ferrandez Gonlalez. Buenos Aires: Albatros, 1954.

PIMENTEL, Manoel Pedro. Delito e a reparação do dano no anteprojeto do Código Civil brasileiro. In: PIMENTEL, Manoel Pedro. *Estudos e pareceres de direito penal*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1973, p. 45-66.

PIMENTEL, Wellington Moreira. *Comentários ao Código de Processo Civil*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1975. v. 3.

PINHO, Ruy Sérgio Rebello. *A reparação do dano causado pelo crime e o processo penal*. São Paulo: Atlas, 1987.

PINTO, António Augusto Tolda. *A tramitação processual penal*. 2. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2001.

PITOMBO, Sérgio Marcos de Moraes. *Do sequestro no processo penal brasileiro*. São Paulo: José Bushatsky, 1973.

PITOMBO, Sérgio Marcos de Moraes. *Inquérito policial: novas tendências*. Belém: Cejup, 1987.

PLANIOL, Marcel; RIPERT, Georges. *Tratado elemental de derecho civil: las obligaciones*. Tradução de Jose. M. Cajica Jr. México: Cardenas, 1983. v. 4.

POLASTRI, Marcellus. *A tutela cautelar no processo penal*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

PRADO, Luiz Regis. *Curso de direito penal brasileiro*. 12. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013. v. 1.

RAMÍREZ, Sergio García. *El nuevo procedimiento penal mexicano: la reforma de 1993-1994*. México: Porrúa, 1995.

RAMOS, Sylvia Jacqueline Sack. *La responsabilidad civil en el nuevo proceso penal*. Florida: Valletta Ediciones, 2015.

RANEA, Roberto G. Loutayf; COSTAS, Luis Félix. *La acción civil en sede penal*. Buenos Aires: Astrea, 2002.

RANGEL, Paulo. *Direito processual penal*. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

REALE, Miguel. *Filosofia do direito*. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

ROMANO – DI FALCO, Enrico. *Processo penale e azioni civili e amministrative secondo i nuovi codici*. Milano: Giuffrè, 1943.

ROSA, Inocêncio Borges da. *Comentários ao Código de Processo Penal*. 3. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1982.

SANTOS, Ernane Fidélis dos. *Manual de direito processual civil*. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. v. 1.

SANTOS, Moacyr Amaral. *Comentários ao Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 1976. v. 4.

SILVA, Clóvis Veríssimo do Couto e. O conceito de dano no direito brasileiro e comparado. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 667, p. 7-16, maio 1991.

SILVA, Germano Marques da. *Direito processual penal português: noções gerais, sujeitos processuais e objecto*. 7. ed. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2013.

SILVA, José Afonso da. *Do recurso adesivo no processo civil brasileiro*. 1973. 275 p. Tese (Professor titular) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1973.

SILVA, Nuno J. Espinosa Gomes da. *História do direito português: fontes de direito*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

SILVA, Ovídio Araújo Baptista da. *Curso de processo civil: processo cautelar (tutela de urgência)*. 3. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000. v. 3.

SILVA, Ovídio Araújo Baptista da. *Curso de processo civil: processo de conhecimento*. 5. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000. v. 1.

SIQUEIRA, Galdino. *Curso de processo criminal*. 2. ed. São Paulo: Magalhães, 1930

STEFANI, Gaston; LEVASSEUR, Georges. *Procédure pénale*. 11. ed. Paris: Dalloz, 1980.

SOARES, Oscar de Macedo. *Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil comentado*. 5. ed. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1910.

TEPEDINO, Gustavo; BARBOZA, Heloisa Helena; MORAES, Maria Celina Bodin de. *Código Civil interpretado conforme a Constituição da República*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007. v. 1.

TEPEDINO, Gustavo; BARBOZA, Heloisa Helena; MORAES, Maria Celina Bodin de. *Código Civil interpretado conforme a Constituição da República*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. v. 2.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de direito processual civil: execução forçada, processo nos tribunais, recursos e direito intertemporal*. 49. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016. v. 3.

TORNAGHI, Hélio Bastos. *Comentários ao Código de Processo Civil*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1975. v. 2.

TORNAGHI, Hélio Bastos. *Comentários ao Código de Processo Penal*. Rio de Janeiro: Forense, 1956. v. 1, t. 1.

TORNAGHI, Hélio Bastos. *Comentários ao Código de Processo Penal*. Rio de Janeiro: Forense, 1956. v. 1, t. 2.

TORNAGHI, Hélio Bastos. *Curso de processo penal*. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 1997. v. 1.

TORNAGHI, Hélio Bastos. *Instituições de processo penal*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1977. v. 2.

TORNAGHI, Hélio Bastos. *Processo penal*. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco Filho, 1953.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Manual de processo penal*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Processo penal*. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 1.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Processo penal*. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 2.

TUCCI, Rogério Lauria. *Do mandado de segurança contra ato jurisdicional penal*. São Paulo: Saraiva, 1978.

TUCCI, Rogério Lauria. Isenção de pena no direito penal brasileiro e seu equívoco tratamento como 'perdão judicial'. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, ano 71, n. 559, p. 285-297, maio 1982.

TUCCI, Rogério Lauria. *Lineamentos do processo penal romano*. São Paulo: José Bushatsky, 1976.

TUCCI, Rogério Lauria. *Temas e problema de direito processual*. São Paulo: Saraiva, 1983.

TUCCI, Rogério Lauria. *Teoria do direito processual: jurisdição, ação e processo penal* (estudo sistemático). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito civil: responsabilidade civil*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005. v. 4.

VITU, André. *Procédure pénale*. Paris: Presses Universitaires de France, 1957.

VON TUHR, Andreas. *Derecho civil: teoria general de derecho civil aleman*. Tradução de Tito Ravà. Buenos Aires: Depalma, 1948. v. 3, t. 2.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. *Curso avançado de processo civil: teoria geral do processo*. 16. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

WATANABE, Kazuo. *Controle jurisdicional: princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional no sistema jurídico brasileiro e mandado de segurança contra atos judiciais*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1980.

WATANABE, Kazuo. *Da cognição no processo civil*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1987.

WELZEL, Hans. *O novo sistema jurídico-penal: uma introdução à doutrina da ação finalista*. Tradução de Luiz Regis Prado. 4. Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

ZAVASCKI, Teori. Comentários ao Código de Processo Civil (arts. 771 ao 796). In: MARINONI, Luiz Guilherme (dir.); ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel (coord.). *Coleção Comentários ao Código de Processo Civil*. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2018. v. 12.

ZILLI, Marcos Alexandre Coelho. *A iniciativa instrutória do juiz no processo penal*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.